



# Comunicação na crise pandêmica: a problemática do medo nos discursos mediáticos sobre a Covid-19 em Moçambique

*Communication in the  
Pandemic Crisis: the  
Problem of Fear in  
Media Discourses About  
Covid-19 in Mozambique*

*Comunicación en la crisis  
pandémica: la problemática  
del miedo en los discursos  
mediáticos sobre la  
Covid-19 en Mozambique*

**Ernesto Saúl Nhapanze<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Universidade Wutivi (UniTiva). Email: ersaulitos@gmail.com

# Revista UNINTER de comunicação

## Resumo

A par de outras realidades geográficas, o fluxo informacional sobre a Covid-19 em Moçambique gravitou em torno das orientações emitidas à escala global através da Organização Mundial da Saúde. Entre as várias prioridades preventivas, consta a compreensão de como os protocolos sanitários de prevenção seriam comunicados, considerando a necessidade de adoção de estratégias comunicativas que evitassem a propagação do medo e pânico. O presente artigo discute, por isso, a gestão da problemática do medo nos discursos mediáticos sobre a pandemia, à luz da teoria do agendamento. A análise apoia-se nas comunicações presidenciais e dos discursos reproduzidos pelos media televisivos (STV e Televisão de Moçambique). Complementa-se, por outro lado, com entrevistas semiestruturadas, para auxiliar a interpretação da influência das fontes nos destaques e nos discursos mediáticos construídos à volta da pandemia.

**Palavras-chave:** pandemia; media; discurso; medo; pânico.

## Abstract

Alongside other geographical realities, the flow of information about Covid-19 increased in Mozambique, especially in the early stages of the pandemic. This also implied increasing concerns about how preventive strategies would be communicated, preventing the spread of fear and panic. This paper discusses, therefore, the management of the problem of fear in media speeches about the pandemic, in the light of the agenda-setting theory. The analysis is based on presidential communications and speeches reproduced by the two televisions (STV and Televisão de Moçambique). It is complemented, on the other hand, with semi-structured interviews, to allow the interpretation of the influence of the media interviewers in the

highlights and in the media discourses around the pandemic.

**Keywords:** pandemic; media; speech; fear; panic.

## Resumen

Junto a otras realidades geográficas, el flujo informativo sobre la Covid-19 en Mozambique gravitó en torno a las orientaciones emitidas a nivel global por la Organización Mundial de la Salud. Entre las diversas prioridades preventivas, se incluye la comprensión de cómo se comunicarían los protocolos sanitarios de prevención, considerando la necesidad de adoptar estrategias comunicativas que eviten la propagación del miedo y el pánico. El presente artículo discute, por lo tanto, la gestión de la problemática del miedo en los discursos mediáticos sobre la pandemia, a la luz de la teoría de la agenda setting. El análisis se basa en las comunicaciones presidenciales y en los discursos reproducidos por los medios televisivos (STV y Televisión de Mozambique). Se complementa, por otro lado, con entrevistas semiestruturadas, para ayudar a la interpretación de la influencia de las fuentes en los aspectos destacados y en los discursos mediáticos construidos alrededor de la pandemia.

**Palabras clave:** pandemia; medios; discurso; miedo; pánico.

## Introdução

A problemática do medo e do pânico configurou-se, desde os primórdios, como um

dos fatores críticos na gestão da pandemia da Covid-19, não apenas em Moçambique, como também em outras realidades geográficas. O crescente cenário de incerteza então observado ativou a preocupação das autoridades quanto ao que seria publicamente comunicado. As estratégias de contenção da pandemia, ao nível nacional, gravitavam em torno do que à escala global era anunciado<sup>2</sup>.

A prática do distanciamento físico, o isolamento profilático<sup>3</sup> e a desinfeção e protecção facial foram parte das estratégias adotadas e comunicadas. Dentro deste quadro, foram levantados importantes questionamentos sobre as práticas e os discursos mediáticos face aos propósitos coletivos impostos pelas circunstâncias de incerteza. Parte desses questionamentos estariam relacionados à incapacidade dos diferentes atores em compreender a origem e os fatores propulsores do medo a partir dos atos comunicativos dos intervenientes (Estado e os media). Outra questão prende-se com o desafio da destrição de papéis nas relações jornalismo-comunicação institucional, para a mensuração da influência desses atores na agenda mediática sobre a pandemia. Uma das hipóteses pendia para o excessivo protagonismo das fontes oficiais sobre os conteúdos noticiados. Todavia, esta visão esbarra no aparente descaso da audiência face às mensagens de confina-

mento amplamente difundidas, o que alimenta a tese de uma aparente irrelevância desses conteúdos na propagação do medo e pânico em relação à pandemia. É sob este paradigma que a presente análise se desenvolve, visando compreender as dinâmicas discursivas da mediatização da Covid-19 em Moçambique e a sua influência na propagação do medo, sob perspectiva teórica do agendamento<sup>4</sup>.

Um dos aspetos, talvez problemático, nesta análise, seria a utilidade imediata do presente trabalho, dado que é produzido num contexto de aparente normalização da vida (o período pós-pandêmico), não respondendo, portanto, às necessidades prementes de transformação comunicativa no período de maior intensidade do problema. Todavia, a análise representa, em si, uma provocação ao debate. Uma tentativa de questionamento de como a ação dos intervenientes terá potenciado a percepção pública da problemática do medo e pânico em torno da Covid-19 e, por esta via, inspirar possíveis estratégias de gestão informacional em cenários idênticos. O trabalho concretiza-se por via da análise documental (discursos presidenciais sobre a pandemia) e dos telejornais de duas principais estações televisivas em Moçambique (STV e TVM<sup>5</sup>), complementada com entrevistas semiestruturadas à audiência. O recorte temporal da análise, 2020, justifi-

<sup>2</sup> Através da Organização Mundial da Saúde (OMS).

<sup>3</sup> O que no contexto da Covid-19 é designado por quarentena.

<sup>4</sup> Vide Maxwell McCombs e Donald L. Shaw (1972).

<sup>5</sup> Referem-se às siglas para designar a SOICO Televisão e Televisão de Moçambique.

ca-se pela coincidência deste período com o registo dos primeiros casos da Covid-19 em Moçambique, o chamado período pré-pandêmico, caracterizado por um aceso debate sobre os efeitos da comunicação no comportamento dos indivíduos.

### **Noção de crise: possível enquadramento**

Antecedendo o aprofundamento do tema, uma questão torna-se importante: uma breve tentativa de clarificação do conceito de crise, considerando a sua multiplicidade de significação. Na visão “securitária” do FBI<sup>6</sup>, a crise é vista como um evento ou situação crucial que exige uma resposta especial da Polícia, a fim de assegurar uma solução aceitável (Gaia, 2003). No panorama corporativo, ela é vista como “um acontecimento extraordinário, ou uma série de acontecimentos, que afetam de forma diversa à integridade do produto, a reputação ou a estabilidade financeira da organização; ou a saúde e bem-estar dos empregados, da comunidade ou do público em geral” (Wilcox, 2002, p. 191 *apud* Orduña, 2004, p. 2).

A crise é, também, vista como “um fato imprevisível e com potencial destabilizador nas organizações e instituições” (Fomi, 2002, p. 373 *apud* Barros, 2003, p. 50a). No campo sanitário, embora voltado ao contexto de

uma patologia específica (saúde mental), a crise é vista como “um conjunto de práticas de cuidado desenvolvidas no âmbito do modelo comunitário de atenção e se direciona a sujeitos, usuários em situações denominadas agudas e graves tendo como referência o agravamento, frequência e a intensidade dos sintomas existentes” (Souto, 2021, p. 7).

Uma outra tentativa de conceitualização remete-nos à ideia de Boff (2002 *apud* Souto, 2021), que aponta a crise como evento conducente ao questionamento da existência do indivíduo e do mundo em que ele habita. Se, no contexto sanitário, como em outras áreas, inexistente uma definição exclusiva do conceito, parece evidente que a crise seja interpretável em função do campo de conhecimento em questão. Apesar dessas diferenciações, é possível apontar algumas características comuns. Uma dessas características é o “conflito” entre a necessidade do resgate da normalidade e as circunstâncias indesejadas propulsoras da crise. Sob ponto de vista de impacto, as crises podem aumentar o senso de coletividade, porquanto as soluções exigem uma intervenção coletiva, como foi o caso da pandemia da Covid-19. Mas, podem também conduzir a práticas governativas contrárias aos Direitos Humanos, mutuamente consentidas em nome do bem-estar coletivo. Quer-se, com isto, dizer que, em contextos de crise, sobressai a ação política (dimensão governativa), que pode resvalar

<sup>6</sup> Sigla da *Federal Bureau of Investigation*, serviços de inteligência norte-americanos.

no reforço do poder, implicando também exclusão e arbitrariedades, por conta das alterações da ordem política, económica e social imposta pelas circunstâncias.

No campo da comunicação, a repercussão mediática do evento e a imprevisibilidade da resposta da audiência sobre a “marca” em crise constitui um dos maiores problemas. Além da imprevisibilidade, a crise caracteriza-se pela insuficiência de informação, a velocidade de ocorrência dos eventos, ameaça à vida, entre outras, tal como foi o caso da Covid-19. Lidar com crises implica a adoção de estratégias consistentes, que podem passar por uma comunicação eficiente. Para Doty (1995 *apud* Barros, 2003b), a transparência é a marca da comunicação de crise. O autor sugere que “em cenários de crise, o dirigente deve optar por dizer tudo”. O silêncio ou ausência de informação sobre o facto associado à crise pode, nesta ótica, impulsionar a crise.

## A Covid-19 no panorama mediático global

A Covid-19, décima pandemia global desde os meados da década de 1955<sup>7</sup>, tão rápido assumiu destaque na agenda mediática mundial<sup>8</sup>. À medida que se registava o agravamento dos níveis de infeções (e o consequente confinamento), aumentava o consumo de conteúdos mediáticos, especialmente ao nível da televisão. Nos Estados

Unidos da América, por exemplo, a temática da Covid-19 representava, no início de março de 2020, 10% do total de publicações diárias dos media (Hart *et al.*, 2020). Nos meados do mesmo mês, a cifra subiu para os 40% (*ibid*), portanto, um aumento em 30 pontos percentuais. Na Europa, especificamente em Portugal, devido aos imperativos do confinamento para contenção da propagação da pandemia e a consequente adoção da telescola como estratégia de ensino, nos finais de março do mesmo ano, observou-se um aumento em 28% nas audiências televisivas em uma semana, incluindo o consumo dos serviços de *streaming* e de consola.

Durante o estado de emergência em Portugal, a temática da Covid-19 ocupou 68% do trabalho dos jornalistas (Camponez, 2020). Um estudo da *Smartclip Business Intelligence* (2020), refere, por outro lado, que, dos fins de fevereiro a meados de março de 2020, observou-se, na Espanha, um incremento no consumo de serviços televisivos *On Demand em OTTs (free + pay)* na ordem dos 26%, enquanto o consumo de vídeo digital registou um incremento próximo a 200%. Um dos maiores desafios sobre a mediatização da pandemia em África relaciona-se à ausência de dados precisos sobre o volume de produção jornalística em torno do tema. Os estudos existentes, de certa forma abundantes, dedicam-se à discussão das narrativas mediáticas em torno do problema e dos seus impactos nas rotinas profissionais dos jornalistas, entre outras

<sup>7</sup> Ano em que eclode a malária.

<sup>8</sup> Imprensa vista não na perspetiva daquela suportada por meios impressos, mas no conceito de media.

temáticas. Embora a África tenha registado baixos níveis de infeção<sup>9</sup> comparativamente ao resto do mundo (Martins; Hansine, 2020), seguiu-se à mesma lógica de produção e consumo informacional observada em realidades geográficas com quadros epidemiológicos mais preocupantes. O grau de incerteza e a gravidade da pandemia motivaram este aumento de busca de fontes confiáveis de informação (Gurgel; Ribeiro, 2020), perante o novo fenómeno global de abundância de informacional, nem sempre credível, sobre a pandemia – a *infodemia*<sup>10</sup>.

A ordem comunicacional no quadro da pandemia seria caracterizada por uma ação coletiva e de mútua colaboração entre as instituições científicas, as instituições da saúde e os media (Saadat *et al.*, 2020)<sup>11</sup>, cujas tendências estariam concentradas especialmente na difusão de dados sobre novas infeções, óbitos, práticas e alternativas de prevenção e, mais tarde, o impacto socioeconómico da pandemia. Fazer face aos efeitos (in)desejados da abundância informacional sobre a Covid-19 seria, em parte, a prioridade dos Estados. Nessa agenda, a dissuasão daquilo que Anne Sordi *et al.* (2020) chamam de “vírus do medo e pânico”, assim como de falsas notícias, seria um dos focos, sob “crivo” da Organização Mundial de Saúde (OMS).

A prevenção também implicou a limitação da circulação dos cidadãos. Ao nível global, resultou em redução dos fluxos migratórios dos cidadãos. Um dos exemplos disso foi a aceitabilidade, pelos Estados, das medidas anunciadas pela OMS, sobretudo relativas às restrições dos movimentos migratórios (Salcedo *et al.*, 2020 *apud* Leão; Fernandes, 2020). O problema, nesta ordem de ideias, prender-se-ia com a generalização dos protocolos sanitários de prevenção da pandemia, ignorando-se as especificidades de cada realidade geográfica, dado que o seu impacto variaria de país para país. Aliás, o continente africano foi, regra-geral, o menos afetado pela pandemia (Martins; Hansine, 2020). Na prática, os países africanos pouco ou quase nada investiriam na busca de soluções locais de gestão da pandemia, à exceção dos casos do Madagáscar, da Nigéria e, mais tarde, da África do Sul.

## A mediatização da Covid-19 em Moçambique

À semelhança das tendências internacionais de cobertura jornalística sobre a pandemia, a temática da Covid-19 também mereceu destaque nas lides noticiosas moçambicanas. Vários fatores podem ter

<sup>9</sup> Os défices de cobertura dos serviços de testagem da Covid-19 em África levantam dúvidas quanto à precisão dos dados epidemiológicos no continente.

<sup>10</sup> De acordo com a OMS, trata-se de excesso de informações, algumas precisas, outras não, que tornam difícil encontrar fontes idóneas e orientações confiáveis quando se precisa.

<sup>11</sup> O primeiro decreto presidencial do Governo de Moçambique sobre a Covid-19 explicita a obrigatoriedade dos media em recorrer às fontes governamentais para reportar questões da pandemia.

contribuído para o aumento dessa cobertura jornalística, nomeadamente: a importância da informação, a emergência de saúde pública, o impacto na sociedade, o interesse público, e a necessidade de expansão da informação sobre os protocolos de prevenção da pandemia. Contudo, tal mediatização da pandemia “traz consigo inúmeros problemas de natureza técnica de jornalismo, designadamente, dificuldades no tratamento de matérias noticiosas sobre o coronavírus, desafios éticos, linguagem, dúvidas das fontes de informações, controlo de fakenews, adequação da linguagem científica/médica à perceção do público leigo, tratamento e transmissão de informação” (Joanguete, 2020, p. 417). Esta é uma das razões que terá conduzido à verticalização<sup>12</sup> da gestão informacional das autoridades, seguindo a lógica internacional de provisão de dados sobre a evolução da pandemia (mortes, novas infeções, e, em último plano, o número de recuperados).

As referidas decisões estatais comunicadas<sup>13</sup> e traduzidas em decretos, para a contenção da pandemia em Moçambique, implicaram a adoção de medidas de “exceção”, caracterizadas pela convocação do Estado à responsabilidade individual e coletiva na prevenção da Covid-19<sup>14</sup>. Significa isto que, perante a “grave ameaça à saúde pública”, os cidadãos abdicariam de cer-

tos direitos fundamentais, priorizando a compreensão do problema, especialmente os parâmetros epidemiológicos, riscos de infeção, transmissão, e previsões epidêmicas (Saadat *et al.*, 2020). Convém, contudo, ressaltar que esta aparente aceitação seria resultado de dois distintos cenários. O primeiro, relacionado com a consciência individual e coletiva quanto a necessidade de proteção da vida. Já o segundo prende-se com a incerteza dos intervenientes quanto à eficácia das medidas preventivas e da ansiedade decorrente da necessidade do retorno à normalidade, num contexto social invulgar, no qual a liberdade transformar-se-ia num conceito difuso. A liberdade de aceitação ou de rejeição dos protocolos sanitários não mais estaria apenas sob alçada do indivíduo, mas de coletividades. A este propósito, Severino Ngoenha *et al.* (2022), na sua obra *Crónicas dos tempos pandêmicos*, reconhece o dever da humanidade de aceitar as medidas preventivas, enquanto atribui à mesma humanidade o dever de buscar respostas que permitam a satisfação das suas necessidades.

A aceitação das estratégias (incluindo o confinamento) seria direcionada aos sujeitos de direitos (os cidadãos). A busca de soluções para os impactos da pandemia recairia nos sujeitos de obrigações (a autoridade estatal), gerando-se uma espécie de

<sup>12</sup> No sentido de hierarquização das decisões do que seria comunicado. A OMS emitia as diretrizes sobre a pandemia que, posteriormente, eram adotadas pelos países membros.

<sup>13</sup> Através do Presidente da República, tal como preconiza a Constituição da República em cenários de emergência ou estado de sítio.

<sup>14</sup> Findo o período constitucionalmente previsto para a declaração e renovação do Estado de emergência, optou-se por conter a pandemia à luz da Lei n.º 10/2020, de 24 de agosto.

contrato social de Jean-Jacques Rousseau (1762), no qual inexistente a liberdade ilimitada do indivíduo/cidadão e subsistem propósitos coletivos. Este propósito comum, no caso, justifica-se com a salvaguarda da saúde pública e da vida, tendo como premissa a obediência voluntária do indivíduo. O prêmio dessa obediência seria o bem-estar sanitário coletivo.

A recusa à adesão voluntária ao *modus Vivendi* do período pandêmico, como evidenciam as medidas estatais inicialmente adotadas, implicaria a submissão obrigatória do indivíduo à “vontade” da maioria. Na visão kantiana de liberdade<sup>15</sup>, esta submissão representaria a “*passagem do sujeito solitário*” ao *mundo inteligível*, cuja liberdade gravita em torno da sua própria consciência do dever perante si e a sociedade. No caso da pandemia, o interesse subjacente ao referido compromisso seria o regresso à normalidade, o que pressupunha, além de todos os protocolos adotados, a gestão criteriosa da informação sobre a pandemia<sup>16</sup>. A gestão informacional seria, assim, “[...] essencial na preparação, resposta e recuperação em contexto de emergência em saúde pública, garantindo confiança de todas as partes na informação comunicada” (Moçambique, 2020, p. 35)<sup>17</sup>. Isto pode justificar o facto de 50% de toda a cadeia de resposta à doença por Coronavírus no

país relacionar-se à gestão da informação e comunicação.

A estratégia comunicacional da autoridade serviria de base para a provisão do conhecimento capaz de reduzir os riscos de contágio e salvar vidas. Esse conhecimento orientaria a “todos”, especialmente os media, no sentido de minimização de rumores e da disrupção social (Pereira, 2020). As comunicações presidenciais sobre a pandemia não se cingiriam apenas à atualização dos protocolos preventivos da pandemia, mas também envolveram a multiplicação do convite aos diversos atores (das mais variadas áreas profissionais) para uma atuação concertada<sup>18</sup>. Em todas as comunicações estatais, a coletivização do sucesso e dos retrocessos das medidas preventivas foi recorrentemente evocada. A serenidade e a preservação da ordem corporizaram os discursos oficiais da autoridade. “Volvidos estes dias, apraz-nos testemunhar a boa mobilização dos moçambicanos. Sentimo-nos orgulhosos pela forma serena e ordeira como o nosso Povo, do Rovuma ao Maputo e na diáspora, tem vindo a encarar esta pandemia de carácter global” (Moçambique, 2020b, p. 2). Estes apelos, integralmente difundidos pelos media, também descreveriam a Covid-19 como um fator de risco, sobretudo aquando do registo dos primeiros casos. Mas também apontariam a faci-

<sup>15</sup> Vide FRACALOSSI, Ivanilde A.V.C. **Kant e-prints**, Campinas, Série 2, v. 2, n. 1, p. 63-72, jan.-jun. 2007.

<sup>16</sup> Inserida no Plano Nacional de Preparação e Resposta a Pandemia do Covid-19.

<sup>17</sup> Uma estratégia refletida no Plano Nacional de Preparação e Resposta a Pandemia da Covid-19.

<sup>18</sup> Decreto n.º 12/2020, de 2 de abril, que aprova as medidas de execução administrativa para a prevenção e contenção da propagação da pandemia.

lidade de propagação do vírus, como sendo “galopante”.

A “autoridade” passaria a agir como produtor do comportamento desejado e fonte jornalística, posicionando-se – tal como referem Zélia Adghirni e Fábio Pereira (2011), na sua análise sobre o jornalismo em tempo de mudanças estruturais – como uma espécie de organizações políticas que atuam de forma semelhante aos grupos de interesse, fazendo com que a imprensa, tradicionalmente vista como observadora externa dos factos, perca o total *domínio da cadeia de produção e consumo da informação*. Esta dupla função da “autoridade” constituiria o primeiro ponto de interceção com a teoria do agendamento de McCombs (2009[1996]), porquanto a “autoridade” assume-se como interveniente primário sobre o que seria publicamente difundido. Mas isto não excluiria o contributo dos media na ampliação dos dados e das estratégias adotadas pela “autoridade”, transformando os *briefings* diários sobre a pandemia em destaques dos telejornais.

Diante do quadro anterior, torna-se incontornável a seguinte questão: poder-se-ia, nas circunstâncias de incerteza provocadas pelas alterações das rotinas institucionais, augurar um *ethos* jornalístico inabalável no período pandêmico? Considerando os dados referentes ao aumento do consumo informacional à volta da pandemia, salta à vista a alteração verificada no volume de produção e consumo

de notícias (televisivas). Esse aparente crescimento, não devidamente documentado em pesquisas da esfera mediática, contrasta com a queda no volume de negócios experimentada pelo empresariado nacional, cujas perdas atingiriam os 60%<sup>19</sup>. As empresas jornalísticas não foram exceção. Além da dimensão económica, as medidas restritivas implicaram a alteração das rotinas profissionais dos jornalistas, como foi o caso da teleconferência como mecanismo de interação com as fontes. Mas o impacto mais saliente incidiria nas relações entre jornalistas e políticos. Essas relações de proximidade (autoridade-jornalista) teriam seu reflexo na seleção de conteúdos e nas narrativas adotadas sobre a pandemia.

Diante desse cenário, o dilema de distinção da fronteira entre a exposição genuína dos factos sobre a pandemia e a propagação do medo e pânico, num contexto em que a realidade em si, regra-geral passível da repercussão mediática, teria o potencial de gerar tais sensações sobre as audiências. Por outro lado, subjaz o risco de distorção da realidade em prejuízo da *equidistância* (Schmitz, 2018), dado que os próprios media são parte dessa causa coletiva (prevenção contra a pandemia) influenciados pela já referida proximidade com a “autoridade”.

<sup>19</sup> Dados do inquérito da Associação de Comércio, Indústria e Serviços apresentado.

## O medo da pandemia: entre os discursos (mediáticos) e a prática

A pandemia de Covid-19 em Moçambique gerou percepções díspares entre os cidadãos, em relativamente aos métodos de prevenção. Enquanto na diáspora eram reportados aumentos das infeções, em Moçambique observava-se um relativo silêncio institucional quanto ao anúncio do primeiro caso da pandemia no país. Nos casos em que era emitido algum posicionamento oficial da autoridade, a informação apresentava-se difusa e pouco objetiva. Nas conferências de imprensa televisionadas em março de 2020, por exemplo, a “autoridade” priorizava a descrição dos primeiros casos de infeção através exposição da nacionalidade, sexo e a provável origem da infeção, omitindo-se a identidade e a região de origem dos pacientes. Se por um lado era compreensível a protecção da identidade dos sujeitos, a bem da sua imagem face aos riscos de estigma subjacentes, por outro são questionáveis os argumentos que justificariam a omissão da região onde os casos teriam sido registados. Em quase todos os telejornais do período do corpus da presente análise, as duas estações televisivas (STV e TVM) referiam-se à pandemia como “um perigo à espreita e digno de temor”.

A percepção dos entrevistados é de que a inexistência ou escassez de informação pode ter “potenciado a sensação de inse-

gurança e medo”<sup>20</sup> (informação verbal). Se à escala global as características do vírus eram ainda desconhecidas (Montesi, 2020), prevalecia para os cientistas o desafio de providenciar e responder a todas as questões da sociedade a volta do novo *coronavírus*. Portanto, não poucas vezes, a comunicação da “autoridade” penderia para o resgate da confiança dos cidadãos para com as instituições e à eficácia dos protocolos sanitários adotados (confinamento, redução do contacto físico e uso de produtos de protecção individual). Esse convite seria estendido aos media, vistos como “parceiros estratégicos” (Moçambique, 2020), cujo papel resumir-se-ia na difusão de informação e à educação dos cidadãos para a adesão às medidas estabelecidas, coincidindo com as diretrizes periodicamente emitidas pela OMS. Verifica-se, desse fluxo comunicativo, a preponderância de uma autoridade transnacional cujo “comando” é quase estritamente adotado ao nível do país.

O reflexo desta estratégia repercute-se na coincidência da ordem comunicativa, porquanto os telejornais destacariam os dados globais de infeção, óbitos diários e, finalmente, o número de pacientes recuperados, tal e qual as fontes os difundiam. Corroborando com o pensamento de McCombs (2009[1996]), o agendamento operar-se-ia na tríade a agenda dos media, a agenda pública e a agenda política (Querido; Rogers, 1996 apud Cajazeira *et al.*, 2022). Contudo, as agendas política e

<sup>20</sup> Ngwenha, Francisco: depoimento [jan. 2022]. Entrevistador: E. Saúl. Maputo: Entrevista cedida ao pesquisador.

dos media se sobressairiam diante da agenda pública que, em última instância, seria fruto do diálogo entre a agenda política e mediática. A percepção dos entrevistados é de que o recurso à lógica informacional baseada na difusão de dados oficiais, inexistindo procedimento similar em relação a outras patologias, alimenta a percepção pública de que a sociedade ter-se-ia deparado com um problema sanitário mais grave que qualquer outro já existente. Por outro lado, “raras vezes teriam sido difundidos conteúdos voltados à busca de soluções locais para a pandemia, seja do ponto de vista de estratégias de prevenção como de alternativas de tratamento” (informação verbal)<sup>21</sup>, o que reforçaria a ideia de inexistência de soluções consistentes de nível local. Depreende-se, daqui o facto de que a influência da “autoridade” sobre a agenda mediática, resultaria da já referida relação atores políticos-jornalistas para tentar direcionar tanto a agenda temática ligada a covid-19 como, em particular, o contexto sob o qual foi construída a narrativa jornalística sobre o vírus.

No plano teórico, a assunção de que o poder político teria tido um forte papel no controlo do que seria noticiado é questionável à luz de Tuchman (1972;1978 *apud* Thompson, 1998), por representar uma visão simplista dos media como meros reprodutores da realidade. Esta realidade seria construída a partir do “projeto” informacional da autoridade, e não numa constru-

ção das representações elaboradas sobre o mundo a partir dos media. Esta realidade vislumbrar-se-ia, também, nas reportagens sobre o (in)cumprimento dos protocolos sanitários adotados. O desrespeito aos protocolos sanitários, passariam, igualmente, a merecer destaque nos espaços noticiosos. As razões por detrás da inobservância dos protocolos sanitários seriam pouco exploradas, inicialmente, num cenário em que a estrita observância aos protocolos anunciados provocaria outro problema: a ausência de alternativas de subsistência (informação verbal)<sup>22</sup>. Portanto, ficar em casa, observar rigorosamente o recolher obrigatório e praticar o distanciamento físico parecem *slogans* impraticáveis naquele momento. Esta dificuldade de adesão ao convite da autoridade justificar-se-ia com a necessidade de subsistência individual e familiar, influenciada pela recessão económica provocada pela pandemia. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (Moçambique, 2021, p. 8), “a nível macroeconómico, a economia de Moçambique sofreu em 2020 a sua primeira contração em quase trinta anos, em grande parte devido à pandemia, com o PIB a cair 1,23 por cento”, com o setor informal a figurar no rol dos maiores afetados. Reside aqui o dilema de, diante das circunstâncias, o indivíduo optar ou pela preservação da saúde/vida e/ou pela satisfação das suas necessidades de subsistência.

<sup>21</sup> Langa, Sérgio: depoimento [jan. 2021]. Entrevistador: E. Saúl. Maputo: entrevista cedida ao pesquisador.

<sup>22</sup> Mabunda, Lázaro: depoimento [jan. 2022]. Entrevistador: E. Saúl. Maputo: entrevista cedida ao pesquisador.

O medo seria despoletado pela recorrente presença de discursos associados ao *risco* e ao *perigo* de vida provocado pela pandemia. A impossibilidade, nem sempre premeditada, dos cidadãos cumprirem efetivamente os protocolos adotados, viria a gerar receios de como a autoridade agiria (medo de represálias em muitos casos desproporcionais às circunstâncias do ato). O medo deixaria de ser apenas fruto das estratégias discursivas associadas à pandemia, mas dos “mecanismos de controlo e de vigilância estabelecidos perante possíveis cenários de desobediência” (informação verbal)<sup>23</sup>. Neste ambiente, surge o receio entre as consequências do comportamento do cidadão e o da autoridade, perante essa difícil necessidade de observância dos protocolos preventivos.

## Conclusões

O debate em torno do modelo comunicacional despido de medo foi uma constante nos primórdios da pandemia da Covid-19. Os media, mais do que quaisquer outros intervenientes, seriam reiteradamente chamados à tal responsabilidade contra narrativas reprodutoras do pânico e da disrupção social tanto em Moçambique. Esse debate justificar-se-ia pela relevância da esfera mediática, como principal veículo de difusão informacional e, por isso, mais propenso à propagação do medo. Contudo,

a compreensão da origem e os desdobramentos desses discursos implicaria, também, a definição clara da influência dos intervenientes na agenda mediática sobre a pandemia. Partindo do facto de que as informações sobre a origem, evolução e os impactos da pandemia foi, de forma recorrente, baseada na autoridade (incluindo os protocolos sanitários adotados), o excessivo protagonismo dessas fontes sobre os jornalistas pode ter impactado na seleção do que seria noticiado, moldando as abordagens discursivas associadas à pandemia.

No campo da agenda editorial, os media assumiram-se, não de todo voluntariamente (mas em resultado das circunstâncias de exceção), numa espécie de “caixa-de-resonância” da “autoridade”. Comprova esta constatação a coincidência entre as temáticas e os discursos adotados pela autoridade nos *briefings* diários com as abordagens discursivas associadas a estes eventos, nos telejornais do primeiro trimestre de 2020. Diferentemente da tríade do agendamento de McCombs (2009[1996]), nas três esferas de agendamento mediático (agenda dos media, a agenda pública e a agenda política), a mediatização da pandemia da Covid-19 em Moçambique desdobrou-se em dois níveis do *agenda-setting*, nomeadamente, a agenda política e a agenda dos media. A relação entre estas duas instâncias de agendamento pode ser explicada com a complexidade do problema que a pandemia representa(-va), exigindo-se dos decisores políticos

<sup>23</sup> Fuel, Isaías: depoimento [jan. 2021]. Entrevistador: E. Saúl. Maputo: entrevista cedida ao pesquisador.

(autoridade e suas instituições) à adoção de uma intervenção baseada no aperto à autonomia das instituições. Quer, com isto, dizer que, na prática, não se pode ignorar a importância da agenda técnico-científica e política no *ethos* jornalístico, ao mesmo tempo que não se pode deixar de questionar a “permeabilidade da classe mediática” à propagação do medo.

Embora a agenda pública tenha sido ofuscada, ela pode ter sido influenciada pela agenda mediática. A realidade construída pelos media a partir da agenda política, permitiu a generalização dos discursos a volta da pandemia, como teria sido o caso da apropriação dos conceitos e dos protocolos anunciados pela autoridade. Diante desse cenário, ao apelar, por exemplo, à serenidade em torno do aumento de infecções e de óbitos, a autoridade reconhece a existência da problemática do medo e pânico. Mas ignora a possibilidade de as estratégias comunicacionais por ela adotadas constituírem o ponto de partida para a reprodução do problema. A ideia de uma doença desconhecida, perigosa, altamente letal e dificilmente controlável foi, de forma recorrente, usada pela autoridade e ampliada pelos media. O público experimental o medo por via desses discursos políticos mediatizados. Mas, não se circunscrevendo ao domínio da comunicação, essa intervenção seria, também, fruto da vigilância face ao potencial descaso perante os protocolos estabelecidos. Por isso, a tensão entre o indivíduo ‘rebelde’ que, na contingência de optar pelo incumprimento

dos protocolos sanitários, e a obrigatoriedade (da autoridade) em fazer cumprir tais protocolos, constituir-se-ia um fator propulsor do medo, espetacularmente difundido pelos media. O medo, portanto, seria fruto da ação dos intervenientes, amplamente mediatizada.

## REFERÊNCIAS

- ADGHIRNI, Z. Leal; PEREIRA, F. Henrique. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, v. 1, n. 24, p. 38-57, jan./jun. 2011.
- APISARNTHANARAK, A. *et al.* Patients’ anxiety, fear, and panic related to coronavirus disease 2019 (COVID-19) and confidence in hospital infection control policy in outpatient departments: A survey from four Thai hospitals. **Infection Control & Hospital Epidemiology**, Cambridge, n. 42, p. 1290-1291, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/ice.2020.1240>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- BARROS, F. Messias. A comunicação organizacional no gerenciamento de crises empresariais. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 6, n. 1, p. 46-53, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/24186>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- BRITO, Daniel Chaves de; BARP, Wilson José. Ambivalência e Medo: faces dos riscos na Modernidade. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 10, n. 20, p. 20-47, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/>

- sociologias/article/view/7081. Acesso em: 27 jul. 2023.
- CAJAZEIRA, P. E. S. L. *et al.* Análise comparativa entre os meses iniciais de 2020 e 2021 no processo de monotematização da cobertura jornalística durante a pandemia da COVID-19 no Jornal Nacional. *Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.*, São Paulo, v. 45, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/intercom/a/cZZ5qwytR4z9fG4ktKVtkkz/?lang=pt>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- CAMPONEZ, C. *et al.* Estudo sobre os Efeitos do Estado de Emergência no Jornalismo no Contexto da Pandemia Covid-19. **Relatório**. Lisboa: Sopcom, 2020. Disponível em: <https://www.ics.ulisboa.pt/docs/covid19/RelatorioCOVID19Jornalismo.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2023.
- FARO, André *et al.* COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. **Estudos de Psicologia**, Campinas, n. 37, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/dkxZ-6QwHRPhZLsR3z8m7hvF/?lang=pt>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- FUEL, Isaías: depoimento [Jan. 2021]. Entrevistador: E. Saúl. Maputo: entrevista cedida ao pesquisador.
- GAIA, S. A. José. **Gerenciamento de crises polícia militar do Acre**. 2003. Monografia (Especialista Administração Policial) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/51173/Jose%20Americo%20de%20Souza%20Gaia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 mai. 2023.
- GURGEL, Luciana; RIBEIRO, Eduardo. Efeitos da Pandemia sobre o Jornalismo: uma visão global. In: **Mediatalks**. São Paulo: Jornalistas Editora Ltda., set. 2020. Cap. 1. Disponível em: <http://jornalistasecia.com.br/edicoes/MediaTalks1EpecialPandemia.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.
- WIENER, N. **Cibernética e sociedade**. O uso humano dos seres humanos. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.
- HART, P. Sol *et al.* Politicization and Polarization in COVID-19 News Coverage. **Science Communication**, [s. l.], v. 42, n. 5, p. 679-697, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1075547020950735>. Acesso em: 24. mar. 2021.
- JOANGUETE C. Pânico e medo: desafios dos media moçambicanos na cobertura da COVID-19. **Desafios para Moçambique**, 2020, p. 415-425. Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/12/CJoanguete-Desafios-2020.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- LANGA, Sérgio: depoimento [Jan. 2021]. Entrevistador: E. Saúl. Maputo: Entrevista cedida ao pesquisador.
- LEÃO, V. A.; FERNANDES, D. Políticas de imigração no contexto de covid-19. In: FERNANDES, D.; BAENINGER, R. (orgs.). **Impactos da pandemia de covid-19 nas migrações internacionais no Brasil**: resultados de pesquisa. Campinas: NEPO, 2020. Disponível em: [https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/impactos\\_pandemia/COVID%20NAS%20MIGRA%C3%87%-](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/impactos_pandemia/COVID%20NAS%20MIGRA%C3%87%-)

- C3%95ES%20INTERNACIONAIS.pdf. Acesso em: 7 mar. 2022.
- MABUNDA, Lázaro: depoimento [Jan. 2022]. Entrevistador: E. Saúl. Maputo: Entrevista cedida ao pesquisador.
- MARCELA, Ana. Consumo de televisão sobe 28% com a pandemia de Covid-19 [online]. **Diário de Notícias**. Lisboa, 2020. Dinheiro. Disponível em: <https://www.dn.pt/dinheiro/consumo-de-televisao-sobe-28-com-a-pandemia-de-covid-19-11972940.html>. Acesso em: 2 mar. 2022.
- MONTESI, Michela. Understanding fake news during the Covid-19 health crisis from the perspective of information behaviour: The case of Spain. **Journal of Librarianship and Information Science**, Spain, v. 53, n. 3, set. 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0961000620949653>. Acesso em: 8 mar. 2021.
- MARTINS, Hélder F. B.; HANSINE, Rogers. Análise epidemiológica e demográfica da COVID-19 em África. **Sanitatem Quae-rens In-trópicos**, Lisboa, n. 19, p. 7-2, 21 out. 2020. Disponível em: [https:// ana isih mt. Com /in dex .php /ihmt /article /view/353/289](https://ana.isih.mt.Com/in dex .php /ihmt /article /view/353/289). Acesso em: 27 abr. 2021.
- MOÇAMBIQUE. Presidente 2020-204: Filipe Jacinto Nyusi. Comunicação de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, à Nação sobre a situação da Pandemia do Corona Vírus – COVID – 19. Maputo, 30.03.2020.
- MOÇAMBIQUE. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **O Impacto Socioeconómico da Covid-19 na Economia Informal Urbana de Moçambique**: Resultados de um inquérito painel de operadores do sector informal em Maputo. Maputo, 2021.
- MCCOMBS, M. **A Teoria da Agenda**: a mídia e a Opinião. Rio de Janeiro: Vozes, 2009[1996].
- NGOENHA, Severino Elias, 2022. **Crónicas dos tempos pandémicos**. Maputo: Fundação Fernando Leite Couto.
- NGOENHA, Francisco: depoimento [Jan. 2022]. Entrevistador: E. Saúl. Maputo: Entrevista cedida ao pesquisador.
- ORDUÑA, O. I. R. A comunicação em momentos de crises. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação** (BOCC), [s. l.], 2004. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/orduna-octavio-comunicacao-em-momentos-de-crise.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2022.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Comunicação de riscos em emergências de saúde pública**: um guia da OMS para políticas e práticas em comunicação de risco de emergencia. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2018.
- PEREIRA, Crescêncio B. G. Campanhas de prevenção da covid-19 em moçambique: alguns desafios para o sector dos media. **Ideias**, Maputo, n. 128, 14 abr. 2020.
- SAADAT SH, Izadi M. *et al.* Fear and panic of COVID-19. **Int J Travel Med Glob Health**, [s. l.], v. 8, n. 3, p. 91-92, 2020. DOI 10.34172/ijtmgh.2020.15
- SCHMITZ, Aldo. O jornalista como guardião da sociedade: um cão de guarda na coleira. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO FIAM-FAAM, 16.,

- São Paulo, 2018. **Anais [...]**. São Paulo: SBPJor, nov. 2018. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2018/paper/viewFile/1511/935>. Acesso em: 12 mar. 2021.
- SORDI, Anne Orgler *et al.* Editorial: Pandemia de medo e COVID-19: impacto na saúde mental e possíveis estratégias. **Debates in psychiatry** [Ahead of print], [s. l.], 2020. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/arquivos/pandemia-de-medo-e-covid-19-impacto-na-saude-mental-e-possiveis-estrategias>. Acesso em: 2 mar. 2021.
- SOUTO, Claudia Botelho. **A crise em saúde mental: ampliando saberes, conceitos e práticas. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 6, ed. 7, v. 05, p. 98-115, jul. 2021. Disponível em: A crise em saúde mental: ampliando saberes, conceitos e práticas. <https://www.Nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/conceitos-e-praticas>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- SMARTCLIP Business Intelligence, Março de 2020. Como estão se comportando as audiências em um contexto tão particular como o que estamos vivendo nesse momento? [online]. Disponível em: [http://mmimg.meioemensagem.com.br/EMK/ProXXI/Smartclip\\_AnaliseAudienciasPadroes\\_COVID-19.pdf](http://mmimg.meioemensagem.com.br/EMK/ProXXI/Smartclip_AnaliseAudienciasPadroes_COVID-19.pdf). Acesso em: 27 out. 2021.
- THOMPSON, J. B. **A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- VOLEK, Vilmar. Gerenciamento e primeira intervenção em crises [Online]. **Monografias Brasil Escola**, [s. l.], [s. d.]. Direito. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/gerenciamento-e-primeira-intervencao-em-criises.htm>. Acesso em: 12 mar. 2022.